

Contribuições teóricas sobre o envelhecimento na perspectiva dos estudos pessoa-ambiente

Dayse da Silva Albuquerque^{a*}
Denise Aparecida Rodrigues Amancio^b
Isolda de Araújo Günther^a
Maria Inês Gasparetto Higuchi^{b,c}

^aUniversidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília, DF, Brasil

^bUniversidade Federal do Amazonas, Faculdade de Psicologia, Manaus, AM, Brasil

^cInstituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental, Manaus, AM, Brasil

Resumo: A adaptação aos ambientes é primordial para fortalecer o bem-estar e a qualidade de vida. Os estudos pessoa-ambiente buscam, dentre outros interesses, aprofundar a compreensão de como se constrói maior congruência entre as necessidades individuais e as características do ambiente físico, a fim de reduzir os níveis de pressão e estresse ambientais decorrentes dessas adaptações. Essa reciprocidade humano-ambiental foi explorada por Lawton e colaboradores, a partir da década de 1970, no contexto institucional. O modelo teórico pressão-competência e o conceito envelhecimento no lugar (*ageing in place*), vislumbram-se como contribuições para o enriquecimento do diálogo com estudiosos, tendo como foco a congruência pessoa-ambiente, isto é, as inter-relações entre o indivíduo e os recursos ambientais. Logo, valorizar o papel e as ações de idosos no uso dos espaços públicos e possibilitar sua inclusão no planejamento das cidades é aprimorar o caráter ativo e relevante de suas conquistas, favorecendo o desabrochar de novos horizontes.

Palavras-chave: envelhecimento, envelhecimento no lugar, relação pessoa-ambiente.

Viver na contemporaneidade implica enfrentar, cotidianamente, desafios que exigem adaptação entre as demandas do ambiente físico e social e as capacidades individuais. Tendo em vista a complexidade da inter-relação pessoa-ambiente, a rapidez das mudanças contextuais e as necessárias ações para enfrentar com sucesso essas demandas, como conceituar essas transações dinâmicas e bidirecionais? Desde as perspectivas clássicas, a cidade é concebida como uma construção social, caracterizada por contrastes que resultam em espaços variados para grupos específicos. A heterogeneidade urbana gera experiências únicas que podem ocasionar tanto distanciamento e indiferença em relação aos demais e ao entorno quanto a formação de vínculos sociais pautados por sentimentos de pertencimento e participação comunitária (Lynch, 1999; Simmel, 1967; Wirth, 1967). Estudos empíricos sobre a cidade enfatizam as sobrecargas físicas e mentais que atuam sobre os modos de sentir, pensar e agir dos cidadãos (Kaplan & Kaplan, 1989; Milgram, 1970). Tais sobrecargas incluem os cada vez mais longos períodos gastos em deslocamentos, a insegurança decorrente da violência urbana, a densidade, os diferentes tipos de poluição, os baixos níveis de acessibilidade, dentre outros (Ramírez, 2002).

As relações estabelecidas com o ambiente físico ao longo do desenvolvimento humano conferem a necessidade de ajustes constantes que repercutem em processos de saúde-doença e de formação identitária. A adaptação

aos mais variados tipos de ambientes é primordial para o fortalecimento do bem-estar e da qualidade de vida das populações urbanas. Em uma perspectiva ecológica, os cenários e elementos físicos que compõem o contexto urbano direcionam comportamentos, de maneira a estabelecer alguns roteiros que regem a vida cotidiana (Pinheiro, 2011).

Os estudos voltados para as inter-relações pessoa-ambiente buscam, dentre outros interesses, aprofundar a compreensão de como se constrói maior congruência entre as necessidades individuais e as características do ambiente físico para redução de níveis de pressão e estresse ambiental decorrentes dessas adaptações (Gatersleben & Griffin, 2017; Perlaviciute & Steg, 2012).

O modelo pressão-competência e a congruência pessoa-ambiente

A pressão ambiental se caracteriza pelas demandas que exercem influência sobre as pessoas, tendo em vista suas capacidades individuais de adaptação aos recursos disponíveis no ambiente físico e suas necessidades de uso. Dessa forma, a pressão resulta em níveis variados de estresse ambiental que, por sua vez, diz respeito às respostas fisiológicas e emocionais do organismo diante das demandas externas. O estresse prepara o organismo para enfrentar situações impostas e está sujeito ao grau de adaptação de cada indivíduo (Günther, 2011; Günther & Fragelli, 2011). Mudanças nos níveis de pressão atuam de maneira distinta sobre o comportamento humano, e cada

* Endereço para correspondência: albuquerquepsi@hotmail.com

indivíduo apresenta um limiar de pressão diferenciado. Assim, as pessoas permanecem pouco conscientes do ambiente até que ocorra um acréscimo dos níveis de pressão a ponto de exigir ajuste e adaptação (Lawton & Simon, 1968).

Nesse sentido, tanto as características individuais quanto a pressão exercida pelo ambiente potencializando ou reduzindo sobrecargas podem indicar comportamentos com distintos níveis de adaptação. Essa reciprocidade humano-ambiental no gerenciamento de adaptação foi explorada por Lawton e colaboradores, a partir da década de 1970, no contexto de instituições de longa permanência para idosos (ILPI). O modelo ecológico de envelhecimento humano (Lawton & Nahemov, 1973) identificou que ambientes específicos com maiores níveis de pressão afetam de maneira significativa pessoas com baixa competência comportamental relacionada às habilidades cognitivas, físicas e sociais, tornando a inter-relação pessoa-ambiente menos dócil (hipótese de docilidade ambiental – *environmental docility hypothesis*). Em contrapartida, quando o indivíduo tem habilidades que permitem maior adaptação e uso dos recursos disponíveis no local, considera-se a atuação proativa desse inter-relacionamento, o que define a hipótese de proatividade ambiental.

A premissa de Kurt Lewin (1951), na qual o comportamento é uma função da interação pessoa-ambiente, gerou reflexões sobre como o ambiente afeta o ser humano em suas vivências diárias. Sob essa premissa, Lawton (1991) delineou um modelo de qualidade de vida e argumentou que aspectos do ambiente físico, competências comportamentais individuais e a percepção de bem-estar estão diretamente implicados nos processos adaptativos ao ambiente. Conforme esse modelo, a congruência entre características ambientais e necessidades individuais se pauta como meio para entender o impacto ambiental sobre o bem-estar e ajuste das pessoas, tendo o conceito de docilidade ambiental como aspecto saliente dessa inter-relação. Portanto, é importante questionar não somente se o ambiente é bom, mas para quem ele é bom (Kahana, 1982; Kahana, Lovegrenn, Kahana & Kahana, 2003). O termo docilidade (*docility*) remete à noção daquilo que é dócil, ou seja, está apto a ajustar-se. Termos como flexibilidade, brandura e maleabilidade são tidos como sinônimos. Por tais razões, docilidade reflete a ideia empregada por Lawton (1991) em seu modelo pressão-competência.

As funções básicas descritas para avaliar a congruência pessoa-ambiente são manutenção, estimulação e suporte. A função de manutenção aproxima-se do conceito de envelhecimento no lugar (*ageing in place*), pois pressupõe um ambiente constante e com algum nível de previsibilidade, de forma a permitir apropriação e apego, preservando significados e afetos positivos. A função de estimulação incorpora a capacidade do ambiente de ser flexível, à medida que traz algum mistério e pode levar a novos arranjos, comportamentos e relações de acordo com as necessidades de seus usuários.

O suporte se refere à garantia para a eliminação de obstáculos e barreiras, tornando o ambiente acessível (Silva & Elali, 2015; Tomasini & Alves, 2007).

A concepção de envelhecimento no lugar ressalta a busca pelo fortalecimento dos vínculos sociais e suporte ambiental no entorno da moradia com o objetivo de permitir acessibilidade, independência, mobilidade e envolvimento comunitário (Iecovich, 2014; Lima, 2011; Wiles, Leibing, Guberman, Reeve & Allen, 2011). Essa ideia dialoga com abordagens mais recentes envolvendo a hipótese de docilidade ambiental (Wang & Lee, 2010), pois os estudos iniciais enfatizavam a relação de idosos com ambientes institucionais buscando entender como se dava o enfrentamento da mudança de um ambiente residencial para uma instituição destinada ao cuidado na velhice.

Destarte, o panorama definido concebe a pessoa a partir de atributos que indicam sua capacidade funcional em termos de saúde física e mental, tendo em vista o desempenho em atividades diárias e seu nível adaptativo. Do outro lado, o ambiente envolve os distintos aspectos e dimensões geradores de pressão, subdividindo-se em: (1) ambiente pessoal – engloba pessoas significativas para determinado indivíduo como familiares e amigos; (2) ambiente grupal – envolve as pessoas que compartilham o mesmo ambiente, independentemente do tipo de relação; (3) ambiente suprapessoal – composto por indivíduos que apresentam características similares (por exemplo, sexo, idade, preferências, renda) que os aproximam; (4) ambiente sociocultural – diz respeito às características sociais mais amplas que fundamentam normas e regras em cada local; e (5) ambiente físico – refere-se aos fatores de influência (iluminação, ruído, sensação térmica, mobiliário etc.) que podem ser medidos em contextos naturais e construídos. Em cada uma dessas dimensões, enfatiza-se como as inter-relações se refletem na congruência pessoa-ambiente (Lawton, 1986; Lawton & Brody, 1969).

Paralelamente, a teoria bioecológica de desenvolvimento humano proposta por Bronfenbrenner (1999) também apresenta uma subdivisão do ambiente em níveis que se assemelham ao citado por Lawton. Em seu modelo Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (PPCT), Bronfenbrenner define que determinadas atividades (processo) são realizadas por indivíduos que apresentam características biopsicossociais específicas (pessoa), que interagem e estabelecem relações distintas com ambientes e pessoas (contexto) ao longo de seu desenvolvimento (tempo). Tais relações se dão em cinco níveis: (1) o microsistema definido pelas relações proximais imediatas de cada indivíduo, pessoas e ambientes mais significativos; (2) o mesossistema formado pela conexão de microsistemas que compõem as dinâmicas vivenciais de cada indivíduo com seus pares; (3) o exossistema caracterizado pelos ambientes compartilhados e relações neles estabelecidas de acordo com funções predeterminadas; (4) o macrosistema representado

pelos aspectos socioculturais de cada local; e (5) o cronossistema determinado pelas mudanças individuais e ambientais ocorridas com o passar do tempo.

As análises concebidas por Lawton e sua equipe geraram avaliações direcionadas sobremaneira para o ajuste ou adaptação entre demandas individuais e capacidades comportamentais com disponibilidade de recursos ambientais para satisfação de necessidades. Ficou estabelecido que um bom ajuste ocorre quando um ambiente fornece suporte e é flexível às demandas e capacidades dos indivíduos que dele fazem uso (Oswald, Wahl, Martin & Mollenkopf, 2003).

O modelo pressão-competência e o envelhecimento

As teorizações iniciais de Lawton versavam sobre o modelo pressão-competência tendo como base a teoria do campo de Kurt Lewin e buscavam estudar a especificidade das relações de pessoas com dadas competências comportamentais adaptando-se a um ambiente com dadas características físicas (Moore, VanHaitsma, Curyto & Saperstein, 2003). O envelhecer associa-se a uma série de dificuldades, dentre elas, a estranheza mediante novos ambientes, o que pode interferir significativamente no exercício da autonomia e da independência (Snowdon, 2002). Assim, o modelo pressão-competência defende que o comportamento do idoso é resultante da interação das competências desse indivíduo com os níveis de pressão do ambiente (Batistoni, 2014).

Nesse modelo ecológico de envelhecimento, a pressão do ambiente advém da capacidade do sujeito de se adaptar às características ambientais de acordo com suas competências. Tais competências abrangem saúde biológica, funcionamento sensorio-motor, habilidades cognitivas e saúde mental. Ademais, o ambiente, além de gerar pressão, é uma fonte de recursos que pode, ou não, ser adequado às necessidades individuais (Lawton, 1986).

A congruência pessoa-ambiente, sob esse olhar, se situa em um contínuo que vai desde comportamentos que afetam negativamente o idoso até comportamentos que atuam positivamente no indivíduo em uma zona de máximo conforto e desempenho (Moore et al., 2003). Além das conclusões advindas desse modelo, algumas colaborações foram importantes para sua complementação. Carp (1976) apontou a necessidade de reconhecer as competências também como provenientes de necessidades que estimulam o comportamento do indivíduo para construir ambientes mais favoráveis para sua saúde. Dessa forma, o enfoque defendido se pauta na concepção de acessibilidade, no arranjo espacial do ambiente, nos serviços e formas de mobilidade que assegurem a independência dos idosos no uso social dos espaços. Busca-se, portanto, tecer regulações entre a necessidade do usuário e o tipo de recurso ambiental disponível para atendê-lo (Carp, 1988).

Foi assim que Lawton e Nahemow (1973) conceberam a hipótese da proatividade ambiental, na qual admitiram o caráter ativo da pessoa na sua relação com o ambiente. Essa ação se dá por meio das alterações que o indivíduo faz no ambiente de modo a reduzir a pressão e potencializar suas competências (Batistoni, 2014). Tendo em vista essas articulações, Kahana (1982) enfatizou que a congruência pessoa-ambiente leva a variações de acordo com as características e necessidades pessoais, e os ambientes também variam na medida em que eles são capazes de satisfazer tais necessidades. Portanto, a relação pessoa-ambiente ocorre na interface entre experiências subjetivas e ambiente físico que exercem efeitos sobre o comportamento humano. As contribuições de Moos e Lemke (1984) vão nessa direção com a proposição de um modelo socioecológico que abarca a influência social nesse contexto de ajuste pessoa-ambiente.

A redução das capacidades e competências individuais durante a velhice é enfatizada nesses modelos e considera-se que, ao passo que os idosos se tornam mais ambientalmente dóceis e menos ambientalmente proativos, as interações humano-ambientais são prejudicadas e a mobilidade desses indivíduos se torna restrita. Essas limitações reverberam na salubridade em termos de independência, autonomia e, em alguns casos, em processos de institucionalização (Wang & Lee, 2010). A hipótese de docilidade ambiental abrange a relação idoso-ambiente em sua formulação original. Apesar da denominação não expressar claramente essa inter-relação, os estudos realizados sob essa perspectiva demonstram que a docilidade não se dá a priori, mas é construída e percebida de acordo com as habilidades e competências do idoso em sua vivência do espaço.

Apesar das críticas de Carp, na década de 1970, para não associar o conceito de docilidade ambiental somente a patologias, ainda é comum pesquisadores concentrarem seus estudos em populações afetadas por demências ou doenças crônicas. Esses estudos buscam descrever a disponibilidade e usabilidade de recursos da vizinhança, examinar associações de aspectos objetivos do ambiente com a qualidade de vida na velhice e verificar as influências do ambiente físico em termos de comportamentos e mobilidade (Algase, Beattie, Antonakos, Beel-Bates, & Yao, 2010; Van der Pas et al., 2016; Van Leeuwen et al., 2014). Para tanto, as hipóteses de docilidade e proatividade ambiental vão ao encontro de prerrogativas que indicam a necessidade de promover ambientes saudáveis (Lawton, 1986; Torres, 2015; Torres & Elali, 2015).

O modelo pressão-competência e algumas possibilidades de diálogo

Tendo em vista tais parâmetros, é possível tecer aproximações com as diretrizes do desenho universal definidas na área de arquitetura e urbanismo. Desde a década de 1970, Michael Bednar (1977) discutia a

concepção de que a retirada de barreiras do ambiente é capaz de promover as capacidades individuais e o uso funcional dos espaços. Mas, somente em 1985, Ron Mace e colaboradores começaram a utilizar o termo “desenho universal” (Bernardi & Kowaltowski, 2005). Liderados por Ron Mace – arquiteto que se locomovia em cadeira de rodas devido à poliomielite contraída na infância – o conjunto de princípios para o desenho universal foi desenvolvido em 1997, por um grupo de designers e educadores de cinco organizações norte-americanas. O conceito-base é a elaboração de produtos e ambientes que possam ser usados e vivenciados por indivíduos das mais variadas idades sem a necessidade de adaptação (Mustaquim, 2015).

Também chamado de desenho inclusivo, sua concepção abrange os seguintes princípios: (1) uso equitativo, no qual não são excluídos, negligenciados ou estigmatizados quaisquer grupos de usuários; (2) uso flexível, que apresenta ampla variedade de escolhas de uso e incorpora diversas habilidades; (3) uso intuitivo, que permite fácil compreensão dos elementos que compõem o ambiente, independentemente de seu nível cognitivo ou atual estado de atenção; (4) informação perceptível, que comunica ao usuário o essencial para uso, invariavelmente às condições tanto do ambiente quanto do indivíduo; (5) tolerância para o erro, no sentido do desenho minimizar a possibilidade de acidentes, incidentes e riscos; (6) baixo esforço para proporcionar conforto e eficiência com baixa fadiga física e mental; e (7) espaço apropriado para fornecer acesso, uso, alcance e manipulação, independentemente das características do usuário (Lima, 2011; Mustaquim, 2015).

A existência de barreiras no ambiente urbano, incluindo os acessos aos locais de moradia, serviços e transporte público, são uma problemática urbana vigente. Uma das principais metas do desenho universal é eliminar essas barreiras dos projetos arquitetônicos. Para tanto, visa um planejamento participativo para a construção dos espaços, no sentido de incluir as comunidades que deles fazem uso na elaboração de propostas de ambientes que promovam qualidade de vida e bem-estar (Bernardi & Kowaltowski, 2005).

Dessa forma, o planejamento de espaços requer a garantia do direito à acessibilidade. Jahn Gehl foi um dos arquitetos que impulsionou esse pensamento ao explorar as necessidades humanas e defender cidades saudáveis para todos. Para ele, proporcionar mobilidade nos espaços públicos se traduz em melhorias nas áreas urbanas e organização do tráfego de pedestres, bicicletas e automóveis, acarretando qualidade de vida e direito à cidade (Gehl, 2013).

A estratégia de cidades amigáveis ao envelhecimento se conecta a essas prerrogativas ao entender que as limitações físicas e cognitivas que surgem à medida que o corpo envelhece resultam em necessidades a serem supridas pelo desenho urbano (Nieboer & Cramm, 2017). A Organização Mundial de

Saúde (WHO, 2007) estabelece que projetar tais cidades envolve a oferta de serviços públicos de qualidade e de espaços de lazer que propiciem a construção de vínculos sociais e uma rede de apoio para compartilhar informações e cuidado. Por meio desses domínios, é possível a inclusão e participação do idoso, reconhecendo e respeitando o seu papel social.

Para sentir-se incluído no meio urbano, a acessibilidade se torna essencial. Assim, para percorrer a cidade é necessário garantir o direito de caminhar – fator este possível com a melhoria da qualidade, conforto e segurança dos espaços para favorecer os deslocamentos. O direito de ir e vir se torna fundamental para que as pessoas interajam entre si e com as paisagens que as cercam. Para tanto, facilitar a mobilidade reduz o risco de quedas, favorece uma autoestima positiva e o contato social. Esses fatores implicam na redução de barreiras com a implantação de bancos para descanso, corrimões, rampas, áreas para tráfego seguro de pedestres, altura adequada dos meios-fios, entre outros aspectos a serem incorporados nos espaços públicos (Gehl, 2013).

Por isso, considera-se imperativo que programas destinados à população idosa tenham como critério inalienável, a satisfação de necessidades no planejamento de ambientes, tendo em vista a multidimensionalidade do envelhecimento. O Estatuto do Idoso (Brasil, 2003) assegura que as condições da residência devem garantir segurança, controle e salubridade. Assim, promoção de atividades, boas condições no transporte público, ausência de barreiras que possam ocasionar danos físicos, moradia adaptada e segura, trocas e vínculos sociais, ruas iluminadas, regras de trânsito favoráveis às limitações de mobilidade do idoso, acesso a água limpa e tratada, alimentação saudável e programas de atenção às necessidades de mobilidade são fatores que fortalecem os vínculos comunitários e promovem bem-estar (Silva, 2014; Torres & Elali, 2015).

Além dos locais de moradia, estudos recentes sugerem que as relações de vizinhança trazem vantagens aos idosos, incluindo melhorias fisiológicas, psicológicas, bem-estar subjetivo e qualidade de vida, além de redução de estresse (Cao, 2016). Em relação ao progresso da qualidade de vida, Sugiyama e Thompson (2007) identificaram três tipos de envolvimento com ambientes de vizinhança: (1) participação em atividades diversas em ambientes externos; (2) exposição a elementos naturais e atividades ao ar livre; e (3) interações sociais com pares. Os espaços abertos podem ser percebidos pelos idosos como aqueles que disponibilizam oportunidades para aliviar tensões, para encontrar pessoas e que possibilitam a realização de atividades.

Complementar a esses aspectos, a inter-relação pessoa-ambiente é decorrente de experiências subjetivas envoltas por processos afetivos e cognitivos, que são particularmente importantes para a compreensão de como as pessoas vivenciam os lugares, os usos que deles fazem, como os avaliam e como isso repercute na realização

de suas atividades diárias (Wahl, Iwarsson, & Oswald, 2012). Assim, a relação entre os espaços e as pessoas dialogam com a percepção do entorno físico e psicológico (Gehl, 2006). Para Thibaud (2018), o encontro desses aspectos sensoriais com a experiência corporal se traduz na ambiência e envolve as características percebidas no contato com elementos objetivos e subjetivos de cada ambiente, as sensações envolvidas, afetos expressos e ações envolvidas no processo de apropriação.

A psicologia ambiental, como campo de estudo voltado para a compreensão dos processos psicossociais decorrentes das inter-relações entre as pessoas e seus entornos, reconhece o caráter recíproco dessas relações. Considera, assim, o entorno como uma dimensão que engloba elementos psicossociais, culturais e contextuais e que, por meio de seus elementos físicos, permite construir distintas percepções, avaliações e ações (Günther & Rozestraten, 2005; Rivlin, 2003).

A atenção voltada aos idosos se mostra como anterior aos estudos pessoa-ambiente. O cristianismo se destacou por ser pioneiro na atenção direcionada a essa população, ao já considerá-la carente de cuidados no Império Bizantino. De acordo com registros, a primeira instituição foi fundada pelo Papa Pelágio II (520-590), que transformou sua residência em um hospital para idosos. Paulatinamente, as instituições foram se tornando asilos, abrigos e lares, com o intuito de atender um público desassistido. No Brasil, mais especificamente, voltou-se àqueles menos favorecidos e com vínculos fragilizados (Alcântara, 2003).

O interesse em estudos sobre as relações pessoa-ambiente começou com as investigações pioneiras de pesquisadores norte-americanos (Sommer, 1973) iniciadas na década de 1960. Nesse ínterim, políticas de habitação para idosos ganhavam espaço no cenário mundial, particularmente no âmbito de construção de instituições voltadas para o cuidado na velhice. Esse campo, inicialmente, se voltou para o efeito do ambiente institucional no comportamento. Surge daí o modelo ecológico de envelhecimento e suas nuances. Após o enfrentamento de críticas, as ideias foram expandidas e passaram a focar na adaptação ambiental regida pelas necessidades dos usuários, de modo a reduzir os níveis de pressão ambiental. Na atualidade, as pesquisas direcionam-se mais para as relações sociais em espaços abertos, ao restauro psicológico e à docilidade ambiental (Torres, 2015).

Com o aumento da expectativa de vida e, conseqüentemente, da população de idosos no âmbito mundial, pesquisas nos Estados Unidos e na Europa, a partir da década de 1970, dirigiram a atenção para o impacto da institucionalização na saúde de idosos. Nesses estudos, a satisfação com o ambiente residencial foi percebida como prioritária para a garantia de um envelhecimento sadio. Pesquisas mais recentes enfatizam os benefícios do envelhecer no lugar (*ageing in place*), gerando o crescimento da demanda por ambientes adequados para pessoas mais velhas (Iecovich, 2014).

Outra realidade resultante dessas mudanças foi o movimento, que adquiriu forças inicialmente na Holanda e na Dinamarca, voltado para o compartilhamento de habitações entre idosos com o objetivo de criar alternativas à institucionalização. Processos de coabitação (*cohousing*) vêm se expandindo desde a criação, em 1984, da Associação de Moradias Comunitárias para Idosos (*Association of Housing Communities for Elderly People*) na Holanda, tendo como foco promover o envelhecimento ativo e prevenir a solidão por meio da manutenção de uma rede de apoio e cuidado mútuo, princípios em voga na concepção de comunidades amigáveis (Bamford, 2005).

Atualmente, modelos de coabitação incluem grupos com pessoas sexagenárias, bem como grupos intergeracionais, de maneira a oferecer interação e desenvolver um senso comunitário entre seus membros. Desde sua fundação, já surgiram mais de cem programas de coabitação na Dinamarca, incluindo entre dez e vinte moradias. Na Holanda, tal organização se tornou uma política governamental e tem servido como base para a oferta de serviços de saúde e promotores de bem-estar, demonstrando sua eficácia na redução de demandas de cuidado (Brenton, 2013). Tais índices reiteram o interesse da população idosa pela coabitação e a necessidade de se discutir e compreender como as cidades podem ser melhor estruturadas para proporcionar e gerenciar esse tipo de alternativa.

As contribuições de Bronfenbrenner por meio do modelo bioecológico auxiliaram na compreensão de fatores inter-relacionados com as teorias de desenvolvimento humano e as condições de moradia. Os estudos de Carp (1976) propiciaram a expansão do campo de pesquisa sobre envelhecimento, pois foi autora do primeiro texto associando condições de moradia e saúde de pessoas idosas. Rudolph Moos também contribuiu nesse âmbito ao utilizar a abordagem ecológica para compreender como ambientes de moradia e ambientes institucionais poderiam interferir em processos de saúde e doença dos usuários desses espaços (Maddox, 2001).

Modelos clássicos de envelhecimento não clarificaram a relação idoso-ambiente, mas acrescentaram pontos essenciais para a articulação com a gerontologia ambiental e o modelo ecológico proposto por Lawton. A ampliação da consciência de que o envelhecimento é um processo multidimensional mostrou que o declínio biológico na velhice é apenas um dos pontos a serem considerados nessa etapa da vida. O campo da gerontologia ambiental se apresenta como um desses avanços, incluindo o ambiente como fator preponderante para analisar e aperfeiçoar aspectos da relação do idoso com seu entorno de um ponto de vista interdisciplinar (Wahl et al., 2012).

Pautados no papel que o ambiente residencial desempenha nos processos de saúde-doença de idosos que tendem a permanecer tempo maior nesses espaços, pesquisadores têm se debruçado na avaliação e análise desses contextos. Já na década de 1990, Christensen,

Carp, Cranz e Wiley (1992) desenvolveram um estudo para examinar indicadores do ambiente físico e suas relações com as avaliações subjetivas dos moradores quanto à satisfação com o local de moradia. A partir dos 4.534 questionários aplicados em pessoas a partir dos 75 anos, verificaram-se estrutura, manutenção e utilização da residência. Os resultados indicaram que a estrutura e a manutenção funcionam como preditores de avaliações subjetivas da qualidade de moradia. Aspectos como idade, saúde, arranjos familiares, custos com a moradia e provedor da família foram controlados.

A expansão de estudos com esse foco passou a se concentrar não somente na residência em si, mas em seu entorno, incorporando vizinhança, bairro e os serviços disponíveis nesses cenários. Ao examinar o efeito da retirada de barreiras físicas de espaços abertos, de acordo com diretrizes governamentais, Weenberg, Hyden e Stahl (2010) observaram as repercussões na usabilidade e mobilidade de idosos e verificaram maior satisfação após a intervenção. Ao avaliar medidas objetivas do ambiente que facilitavam ou dificultavam o ato de caminhar entre idosos, Wang e Lee (2010) identificaram correlações positivas com paisagismo, percepção de segurança e pavimentação das calçadas. O ambiente mostrou ser importante fator de suporte para promoção de caminhada entre pessoas mais velhas.

Nas décadas de 1970 e 1980, o campo da gerontologia ambiental adquiriu contornos mais sólidos para aprofundar essas discussões tendo como base os modelos teóricos propostos por Lawton e colaboradores. De grande influência, as hipóteses de docilidade e proatividade ambiental permanecem recebendo atenção quando se discute o ajuste pessoa-ambiente, pois colocam em evidência o balanceamento entre ganhos e perdas na velhice, de modo a lidar com as pressões externas (Moore, 2005). Outra importante contribuição formulada por Baltes (1987) se refere à proposição de um processo geral de adaptação definido pelos termos Seleção, Otimização e Compensação (SOC), no qual a seleção de recursos disponíveis no ambiente leva ao encontro de rotas alternativas para compensar perdas (competências) e otimizar a adaptação às pressões impostas pelo contexto em que se insere (Neri, 2006; Silva & Günther, 2000). O próprio Lawton (1991), em pesquisas subsequentes na década de 1990, concluiu que o idoso é capaz de escolher, gerenciar e adaptar os ambientes de acordo com suas necessidades.

Considerações finais

Sob essa perspectiva, ao refletir sobre o modelo pressão-competência, e a concepção de envelhecimento no lugar (*ageing in place*), vislumbram-se possibilidades de enriquecer o diálogo entre os estudiosos e as populações, tendo como foco a congruência pessoa-ambiente no que diz respeito às competências individuais e demandas ambientais para a satisfação de necessidades. As teorias de Bronfenbrenner (1999) e de Lawton e colaboradores, associadas aos seus princípios e às diretrizes de um desenho urbano mais inclusivo, estendidas a indivíduos das mais variadas faixas etárias e competências, permitem articular características socioambientais para potencializar independência, segurança, preferência e atratividade do ambiente residencial para os cidadãos.

Nesse cenário é que as comunidades amigáveis ao envelhecimento adquirem cada vez mais relevância. Os argumentos construídos nos estudos pessoa-ambiente, com ênfase no campo da gerontologia ambiental, evidenciam que o envelhecimento pode ocorrer de maneira bem-sucedida e ativa a partir da implementação de soluções que otimizam a congruência entre competências e demandas (Golant, 2014; 2016). Características associadas a locais amigáveis têm demonstrado influenciar significativamente as habilidades dos idosos, o que tem contribuído para o avanço das iniciativas globais e formação de redes de trocas de informações com projetos de pesquisa e extensão. O Protocolo Vancouver, por exemplo, estabelece diretrizes metodológicas para o planejamento de estudos, coleta e organização de dados qualitativos que podem direcionar intervenções em contextos diferenciados (OMS, 2007).

Portanto, reafirmamos, reavaliar o papel e as ações de idosos no uso dos espaços públicos e sua inclusão no processo de planejamento das cidades é valorizar o caráter ativo e relevante de suas contribuições, ampliando e possibilitando a acessibilidade nas grandes cidades. O reconhecimento de que não há um modelo único de ambiente para uso e apropriação já é um avanço para que se considerem as especificidades humanas, ainda mais quando se quer ressaltar grupos que detêm pouca visibilidade no emaranhado urbano, conduzindo estudos que permitam observar, ouvir e registrar as demandas relacionadas aos processos nos contextos do envelhecimento humano.

Theoretical contributions on aging from the perspective of person-environment studies

Abstract: Adapting to environments is paramount for strengthening the well-being and quality of life. Person-environment studies seeks, among other interests, to deepen the understanding of how to build greater congruence between individual needs and the characteristics of the physical environment to reduce pressure levels and environmental stress resulting from these adaptations. From the 1970s, this human-environmental reciprocity was explored by Lawton and colleagues in the institutional context. The theoretical pressure-competence model and the ageing-in-place concept are seen as contributions to enrich the dialogue between scholars, focusing on the human-environment congruence related to individual characteristics

and environmental resources. Therefore, enhancing the role and actions of the elderly in the use of public spaces and enabling them to be included in the city planning, is to improve the active and relevant character of their achievements, favoring the emergence of new horizons.

Keywords: ageing, ageing-in-place, person-environment studies.

Contributions théoriques sur le vieillissement humain du point de vue des études personne-environnement

Résumé : L'adaptation aux environnements est primordiale pour renforcer le bien-être et la qualité de vie. Les études personne-environnement visent, entre autres intérêts, à comprendre profondément comment construire congruence une plus grande entre les besoins individuels et les caractéristiques de l'environnement physique pour réduire les niveaux de pression et de stress environnemental résultant de ces adaptations. Lawton et ses collègues, à partir des années 1970, ont exploré cette réciprocité entre l'homme et l'environnement dans le contexte institutionnel. Le modèle théorique de la pression-compétence et le concept du maintien sur place (*ageing in place*) sont considérés comme des contributions à l'enrichissement du dialogue entre chercheurs, en mettant l'accent sur la congruence personne-environnement liée aux caractéristiques individuelles et aux ressources environnementales. Par conséquent, renforcer le rôle et les actions des personnes âgées dans l'utilisation des espaces publics et leur permettre d'être inclus dans l'urbanisme, c'est améliorer le caractère actif et pertinent de leurs réalisations, en favorisant l'émergence de nouveaux horizons.

Mots-clés : vieillissement, maintien sur place, études personne-environnement.

Contribuciones teóricas sobre el envejecimiento humano desde la perspectiva de los estudios persona-ambiente

Resumen: La adaptación a los ambientes es primordial para fortalecer el bienestar y la calidad de vida. Los estudios persona-ambiente buscan, entre otros intereses, profundizar la comprensión de cómo construir una mayor congruencia entre las necesidades individuales y las características del entorno físico, a fin de reducir los niveles de presión y estrés ambientales que resultan de estas adaptaciones. Esta reciprocidad humano-ambiental fue explorada por Lawton y colegas en la década de 1970, en el contexto institucional. El modelo teórico presión-competencia y el concepto de envejecimiento en el lugar (*ageing in place*) se consideran contribuciones al enriquecimiento del diálogo entre académicos, centrándose en la congruencia entre el ambiente y el ser humano relacionada con las características individuales y los recursos ambientales. Por lo tanto, mejorar el papel y las acciones de los ancianos en el uso de los espacios públicos y permitir su inclusión en la planificación urbana es mejorar el carácter activo y relevante de sus logros, favoreciendo la aparición de nuevos horizontes.

Palabras clave: envejecimiento, envejecimiento en el lugar, estudios persona-ambiente.

Referências

- Alcântara, A. O. (2003). Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Recuperado de <https://bit.ly/2ytC6Ew>
- Algase, D. L., Beattie, E. R. A., Antonakos, C., Beel-Bates, C. A., & Yao, L. (2010). Wandering and the physical environment. *American Journal of Alzheimer's Disease & Other Dementias*, 25(4), 340-346. doi: 10.1177/1533317510365342
- Baltes, P. B. (1987). Theoretical propositions of life-span developmental psychology: on the dynamics between growth and decline. *Developmental Psychology*, 23(5), 611-626.
- Bamford, G. (2005). Cohousing for older people: housing innovation in the Netherlands and Denmark. *Australasian Journal on Ageing*, 24(1), 44-46. doi: 10.1111/j.1741-6612.2005.00065.x
- Batistoni, S. S. T. (2014). Gerontologia Ambiental: panorama de suas contribuições para a atuação do gerontólogo. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 17(3), 647-657. doi: 10.1590/1809-9823.2014.13088
- Bednar, M. J. (1977). *Barrier-free environments*. Stroudburg: Dowden, Hutchinson & Ross.
- Bernardi, N., & Kowaltowski, D. C. C. K. (2005). Reflexões sobre a aplicação dos conceitos de desenho universal no processo de projeto de arquitetura. *Anais do Encontro Nacional e Latino-Americano de Conforto no Ambiente Construído (ENCAC/ELACAC)*, Maceió, AL, 155-163. Recuperado de <http://www.dkowaltowski.net/991.pdf>

- Brasil. (2003). *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de <https://bit.ly/1HAI0zB>
- Brenton, M. (2013). *Senior cohousing communities: an alternative approach for the UK?* London, UK: JRF Foundation.
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: theoretical and operational models. In S. L. Friedman & T. D. Wachs (Eds.), *Measuring environment across the life span: emerging methods and concepts* (pp. 3-28). Washington, DC: American Psychological Association Press.
- Cao, X. J. (2016). How does neighborhood design affect life satisfaction? Evidence from Twin Cities. *Travel Behaviour and Society*, 5, 68-76. doi: 10.1016/j.tbs.2015.07.001
- Carp, F. M. (1976). User evaluation of housing for the elderly. *The Gerontologist*, 16(2), 102-111. doi: 10.1093/geront/16.2.102
- Carp, F. M. (1988). Significance of mobility for the well-being of the elderly. In H. H. Richardson, L. J. Gambacuni, & T. B. Deen (Eds.), *Transportation in an aging society: improving mobility and safety for older person* (Vol. 2, pp. 1-20). Washington, DC: Transportation Research Board National Research Council. Recuperado de <https://bit.ly/2QJuh52>
- Christensen, D. L., Carp, F. M., Cranz, G. L., & Wiley, J. A. (1992). Objective housing indicators as predictors of the subjective evaluations of elderly residents. *Journal of Environmental Psychology*, 19, 225-236.
- Gatersleben, B., & Griffin, I. (2017). Environmental stress. In G. Fleury-Bahi, E. Pol & O. Navarro (Eds.), *Handbook of environmental psychology and quality of life research* (pp. 469-485). Basel, Switzerland: Springer. doi: 10.1007/978-3-319-31416-7
- Gehl, J. (2006). *La humanización del espacio urbano*. Barcelona, España: Editorial Reverté.
- Gehl, J. (2013). *Cidades para pessoas* (2a ed.). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Golant, S. (2014). Age-friendly communities: are we expecting too much? *IRPP – Insight*, 5, 1-20.
- Golant, S. (2016). The origins, programs, and benefits of age-friendly communities. *The Gerontologist*, 56(3), 597-598. doi: 10.1093/geront/gnw071
- Günther, H. (2011). Affordance. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em psicologia ambiental* (pp. 21-27). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Günther, H., & Rozestraten, R. J. A. (2005). *Psicologia ambiental: algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino* (Série: Textos de Psicologia Ambiental nº 10). Brasília, DF: Universidade de Brasília, Laboratório de Psicologia Ambiental.
- Günther, I. (2011). Pressão ambiental. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em psicologia ambiental* (pp. 290-295). Petrópolis, RJ: Vozes
- Günther, I. A. & Fragelli, T. B. O. (2011). Estresse ambiental. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em psicologia ambiental* (pp. 191-197). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Iecovich, E. (2014). Aging in place: from theory to practice. *Antropological Notebooks*, 20(1), 21-33.
- Kahana, E. (1982). A congruence model of person-environment interaction. In M. P. Lawton, P. G. Windley, & T. O. Byerts (Eds.), *Aging and the environment: theoretical approaches* (pp. 97-121). New York, NY: Springer.
- Kahana, E., Lovegreen, L., Kahana, B., & Kahana, M. (2003). Person, Environment, and Person-Environment fit as influences on residential satisfaction of elders. *Environment and Behavior*, 35(3), 434-453. doi: 10.1177/0013916503251447
- Kaplan, R., & Kaplan, S. (1989). *The experience of nature: a psychological perspective*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Lawton, M. P. (1986). *Environment and aging*. New York, NY: Center for Study of Aging.
- Lawton, M. P. (1991). A multidimensional view of quality of life in frail elders. In J. E. Birren, J. E. Lubben, J. C. Rowe, & D. E. Deutchman (Eds.), *The concept and measurement of quality of life in the frail elderly* (pp. 3-27). New York, NY: Academic Press.
- Lawton, M. P., & Brody, E. M. (1969). Assessment of older people: self-maintaining and instrumental activities of daily living. *The Gerontologist*, 9(3), 179-186.
- Lawton, M. P., & Nahemov, L. (1973). Ecology and the aging process. In C. Eisdorfer & M. P. Lawton (Eds.), *The psychology of adult development and aging* (pp. 619-674). Washington, DC: American Psychological Association.
- Lawton, M. P., & Simon, B. (1968). The ecology of social relationships in housing of the elderly. *The Gerontologist*, 8(2), 108-115.
- Lewin, K. (1951). *Field theory in social science*. New York, NY: Harper & Row.
- Lima, A. B. R. (2011). Ambiente residencial e envelhecimento ativo: estudos sobre a relação entre bem-estar, relações sociais e lugar na terceira idade (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Lynch, K. (1999). *A imagem da cidade*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Maddox, G. L. (2001). Housing and living arrangements: a transactional perspective. In R. H. Binstock & L. K. George (Eds.), *Handbook of aging and the social sciences* (5th ed., pp. 426-443). Cambridge, MA: Academic Press.
- Milgram, S. (1970). The experience of living in cities: adaptations to urban overload create characteristic qualities of city life that can be measured. *Science*, 167, 1461-1468.
- Moore, K. D. (2005). Using place rules and affect to understand environmental fit: a theoretical exploration. *Environment & Behavior*, 37(3), 330-363. doi: 10.1177/0013916504272657
- Moore, K. D., VanHaitisma, K., Curyto, K., & Saperstein A. (2003). A pragmatic environmental psychology: a metatheoretical inquiry into the work of M. Powell Lawton. *Journal of Environmental Psychology*, 23, 471-482. doi:10.1016/S0272-4944(02)00116-0
- Moos, R. H., & Lemke, S. (1984). Supportive residential settings for older people. In I. Altman, M. P. Lawton, & J.

- F. Wohlwill (Eds.). *Elderly people and the environment* (pp. 159-188). New York: Plenum.
- Mustaquim, M. M. (2015). A study of Universal Design in everyday life of elderly adults. *Procedia Computer Science*, 67, 57-66. doi: 10.1016/j.procs.2015.09.249
- Neri, A. L. (2006). O legado de Paul B. Baltes à psicologia do desenvolvimento e do envelhecimento. *Temas em Psicologia*, 14, 17-34.
- Nieboer, A. P., & Cramm, J. M. (2017). Age-friendly communities matter for older people's well-being. *Journal of Happiness Studies*, 1-16. doi: 10.1007/s10902-017-9923-5
- Organização Mundial de Saúde. (2007). *Guia global das cidades amigas das pessoas idosas*. Genebra, Suíça: OMS.
- Oswald, F., Wahl, H., Martin, M., & Mollenkopf, H. (2003). Toward measuring proactivity in person-environment transactions in late adulthood: the housing-related control beliefs questionnaire. In R. J. Scheidt & P. G. Windley (Eds.), *Physical environments and aging: critical contributions of M. Powell Lawton to the theory and practice* (pp. 135-152). Philadelphia, PA: The Haworth Press.
- Perlaviciute, G., & Steg, L. (2012). Calidad de vida em entornos residenciales. *Psycology*, 3(3), 271-286. ISSN: 2171-1976.
- Pinheiro, J. Q. (2011). Behavior Setting. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em psicologia ambiental* (pp. 83-97). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ramírez, B. F. (2002). El medio urbano. In J. I. Aragonés & M. Américo (Coords.), *Psicología ambiental* (pp. 259-280). Madrid, España: Ediciones Pirámide.
- Rivlin, L. G. (2003). Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*, 8(2), 215-220.
- Silva, E. A. R. (2014). Interação social e envelhecimento ativo: um estudo em duas praças de Natal/RN (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Silva, E. A. R., & Elali, G. A. (2015). O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(2), 382-396.
- Silva, I. R., & Günther, I. A. (2000). Papéis sociais e envelhecimento em uma perspectiva de curso de vida. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 31-40. doi: 10.1590/S0102-37722000000100005
- Simmel, G. (1967). A metrópole e a vida mental. In G. O. Velho (Org.), *O fenômeno urbano* (pp. 10-24). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.
- Sommer, R. (1973). *Espaço pessoal: as bases comportamentais de projetos e planejamento*. São Paulo, SP: EPU/Edusp.
- Snowdon, J. (2002). How high is the prevalence of depression in old age? *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 24, 42-47. doi: 10.1590/S1516-44462002000500009
- Sugiyama, T., & Thompson, C.W. (2007). Outdoor environments, activity and the well-being of older people: conceptualizing environmental support. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 39(8), 1943-1960. doi: 10.1068/a38226
- Thibaud, J. P. (2018). Ambiência. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente* (pp. 13-25). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Tomasini, S. L. V., & Alves, S. (2007). Envelhecimento bem-sucedido e o ambiente das instituições de longa permanência. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, 4(1), 88-102.
- Torres, A. L. L. (2015). O papel do ambiente residencial na qualidade de vida de idosos: um estudo exploratório em Cabedelo, Paraíba (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Torres, A. L. L., & Elali, G. A. (2015). Docilidade ambiental para idosos: condição de qualidade de vida para todos. *Revista de Arquitetura e Urbanismo do PROARQ*, 24, 174-188. ISSN: 1679-7604
- Van der Pas S., Schaap, L. A., Castell, M. V., Cooper, C., Denkinger, M., Edwards, M.H., . . . Deeg, D. J. H. (2016). Availability and use of neighborhood resources by older people with osteoarthritis: results from the European Project on OsteoArthritis. *Health & Place*, 37, 1-7. doi: 10.1016/j.healthplace.2015.10.006
- Van Leeuwen, K. M., Malley, J., Bosmans, J. E., Jansen, A. P. D., Ostelo, R. W., Van Der Horst, H. E., . . . Netten, A. (2014). What can local authorities do to improve the social care-related quality of life of older people adults living at home? Evidence from the Adult Social Care Survey. *Health & Place*, 29, 104-113. doi: 10.1016/j.healthplace.2014.06.004
- Wahl, H. W., Iwarsson, S., & Oswald, F. (2012). Aging well and the environment: toward an integrative model and research agenda for the future. *The Gerontologist*, 52(3), 306-316. doi: 10.1093/geront/gnr154
- Wang, Z., & Lee, C. (2010). Site and neighborhood environments for walking among older adults. *Health & Place*, 16, 1268-1279. doi: 10.1016/j.healthplace.2010.08.015
- Weenberg, H., Hyden C., & Stahl A. (2010). Barrier-free outdoor environments: older people's perceptions before and after implementation of legislative directives. *Transport Policy*, 17, 464-474. doi: 10.1016/j.tranpol.2010.04.013
- Wiles, J. L., Leibing, A., Guberman, N., Reeve, J., & Allen, R. E. S. (2011). The meaning of "Ageing in Place" to older people. *The Gerontologist*, 52(3), 357-366. doi: 10.1093/geront/gnr098
- Wirth, L. (1967). O urbanismo como modo de vida. In G. O. Velho (Org.), *O fenômeno urbano* (pp.89-112). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.
- World Health Organization. (2007). *Age-Friendly Cities Project Methodology: Vancouver Protocol*. Geneva, Switzerland. Recuperado de <https://bit.ly/2C7KnBa>

Recebido: 30/07/2018
Aprovado: 27/09/2018